

Linguagem Jurídica

1. Leia o poema:

Poema dos olhos da amada

1 Ó minha amada
2 Que os olhos teus
3 São cais noturnos
4 Cheios de adeus
5 São docas mansas
6 Trilhando luzes
7 Que brilham longe
8 Longe nos breus
9 ó minha amada
10 Que olhos os teus
11 Quanto mistério
12 Nos olhos teus
13 Quantos saveiros
14 Quantos navios
15 Quantos naufrágios
16 Nos olhos teus ...
VINICIUS DE MORAIS

A invocação da amada (v.1), a associação dos olhos com o cais (v.2 e 3), a qualidade atribuída às docas (v.5) e a repetição do vocábulo quantos (v.13, 14 e 15) compõem respectivamente as seguintes figuras de linguagem:

- a) apóstrofe; metáfora; prosopopeia; anáfora.
- b) paradoxo; catacrese; metonímia; polissíndeto.
- c) eufemismo; metáfora, personificação; aliteração.
- d) apóstrofe; comparação; personificação; pleonasma

2. Ninguém coça as costas da cadeira.

Ninguém chupa a manga da camisa. [...]

(José Paulo Paes)

Na composição do excerto, o poeta emprega termos figurados por falta de palavras mais apropriadas. A figura de linguagem em questão é a:

- a) catacrese.
- b) sinestesia.
- c) metáfora.
- d) metonímia.

As questões 03 a 05 tomarão por base o seguinte texto:

Que se perdoe o exagero da frase: o Fla-Flu começou no Recife. Sim, é bem verdade que a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é criada do Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, em um domingo de julho de 1912. Mas o verdadeiro Fla-Flu, não. O clássico como é hoje, com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen, veio à luz na capital pernambucana. E, feito uma partida, teve dois tempos: o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho; e o segundo justamente em 1912, quando Nelson Rodrigues saiu do ventre de sua mãe. As impressões digitais deixadas pelos irmãos nas teclas de suas máquinas de escrever criaram o imaginário do clássico que completa 100

anos neste sábado. O Fla-Flu teria outra dimensão sem eles. (Alexandre Aliati. 'O Fla-Flu como ele é: Mário Filho e Nelson Rodrigues eternizam clássico'. globoesporte.com - 06/07/2012.)

3. Ao começar seu texto pedindo perdão pelo exagero, o redator se utiliza de

- A) uma licença poética que só é possível em texto literários e jornalísticos escritos em língua padrão.
- B) um recurso estilístico que permite usar um argumento inesperado como forma de introdução de um texto.
- C) uma figura de linguagem chamada hipérbole, a qual sempre se baseia em ideias de exagero expressivo.
- D) um diálogo imaginário com o leitor a fim de criar nele uma reação inicial de estranheza ou desconfiança.

4. Para o autor do texto, a mística do Fla-Flu

- A) foi construída ao longo de 100 anos de confrontos memoráveis entre os dois grandes rivais.
- B) teve uma participação direta no prestígio dos dois jornalistas pernambucanos.
- C) ganhou a dimensão que ganhou porque os dois irmãos construíram seu imaginário.
- D) recebeu as impressões digitais das teclas das máquinas de escrever desses dois torcedores ilustres.

5. A função metalinguística está presente na seguinte passagem do texto:

- A) (...) com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen.
- B) (...) o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho.
- C) (...) criaram o imaginário do clássico que completa 100 anos neste sábado.
- D) (...) a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é criada do Rio de Janeiro.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

6. Todo caminho da gente é resvaloso.

Mas também, cair não prejudica demais

A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:

Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,

Sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da alegria,

E ainda mais alegre no meio da tristeza...

(ROSA, J.G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.)

De acordo com o fragmento do poema acima, de Guimarães Rosa, a vida é

- A) uma queda que provoca tristeza e inquietude prolongada.
- B) um caminhar de percalços e dificuldades insuperáveis.
- C) um ir e vir de altos e baixos que requer alegria perene e coragem.

D) um caminho incerto, obscuro e desanimador.

7. A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado a noção de corresponsabilidade e a de complementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a troca de conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências. De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucional dessas organizações, inclusive das fundações empresariais, é recente e foi intensificado a partir da década de 90.

(BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).)

De acordo com o texto, o terceiro setor

A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.

B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.

C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.

D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

8. Uma revista lançou a seguinte pergunta em um editorial: “Você pagaria um ladrão para invadir sua casa?”. As pessoas mais espertas diriam provavelmente que não, mas companhias inteligentes de tecnologia estão, cada vez mais, dizendo que sim. Empresas como a Google oferecem recompensas para hackers que consigam encontrar maneiras de entrar em seus softwares. Essas companhias frequentemente pagam milhares de dólares pela descoberta de apenas um bug – o suficiente para que a caça a bugs possa fornecer uma renda significativa. As empresas envolvidas dizem que os programas de recompensa tornam seus produtos mais seguros. “Nós recebemos mais relatos de bugs, o que significa que temos mais correções, o que significa uma melhor experiência para nossos usuários”, afirmou o gerente de programa de segurança de uma empresa. Mas os programas não estão livres de controvérsias. Algumas empresas acreditam que as recompensas devem apenas ser usadas para pegar cibercriminosos, não para encorajar as pessoas a encontrar as falhas.

E também há a questão de double-dipping – a possibilidade de um hacker receber um prêmio por ter achado a vulnerabilidade e, então, vender a informação sobre o mesmo bug para compradores maliciosos.

Disponível em: <<http://pcworld.uol.com.br>>.

Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

Considerando o texto acima, infere-se que

A) os caçadores de falhas testam os softwares, checam os sistemas e previnem os erros antes que eles aconteçam e, depois, revelam as falhas a compradores criminosos.

B) os caçadores de falhas agem de acordo com princípios éticos consagrados no mundo empresarial, decorrentes do estímulo à livre concorrência comercial.

C) a maneira como as empresas de tecnologia lidam com a prevenção contra ataques dos cibercriminosos é uma estratégia muito bem-sucedida.

D) os usuários de serviços de empresas de tecnologia são beneficiários diretos dos trabalhos desenvolvidos pelos caçadores de falhas contratados e premiados pelas empresas.

9. De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado.

(Disponível em: <www.significados.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).)

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.

II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.

III. Atinge as relações e condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

10. Uma sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e conseqüente da cidadania, com a distribuição equitativa das riquezas e em condições dignas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos e a todas os direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer

com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena.

(TAVARES, E. M. F. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013 (adaptado).)

Nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os princípios que fundamentam uma sociedade sustentável exigem a adoção de políticas públicas que entram em choque com velhos pressupostos capitalistas.

PORQUE

II. O crescimento econômico e a industrialização, na visão tradicional, são entendidos como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando-se o caráter finito dos recursos naturais e privilegiando-se a exploração da força de trabalho na acumulação de capital.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

11. Texto I

Muito me surpreendeu o artigo publicado na edição de 14 de outubro, de autoria de um estudante de Jornalismo, que compara a legislação antifumo ao nazismo, considerando-a um ataque à privacidade humana. Ao contrário do que afirma o artigo, os fumantes têm, sim, sua privacidade preservada. (...) Para isso, só precisam respeitar o mesmo direito à privacidade dos não fumantes, não impondo a eles que respirem as mesmas substâncias que optam por inalar e que, em alguns casos, saem da ponta do cigarro em concentrações ainda maiores.

(FITERMAN, J. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013 (adaptado).)

Texto II

Seguindo o mau exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, o estado do Paraná, ao que tudo indica, também adotará a famigerada lei antifumo, que, entre outras coisas, proíbe a existência de fumódromos nos espaços coletivos e estabelece punições ao proprietário que não coibir o fumo em seu estabelecimento. É preciso, pois, perguntar: tem o Estado o direito de decidir a política tabagista que o dono de um bar, por exemplo, deve adotar? Com base em que princípio pode uma tal interferência ser justificada? A lei somente se justificaria caso seu escopo se restringisse a locais cuja propriedade é estatal, como as repartições públicas. Não se pode confundir um recinto coletivo com um espaço estatal. Um recinto coletivo, como um bar, continua sendo

uma propriedade privada. A lei representa uma clara agressão ao direito à propriedade.

(PAVÃO, A. Disponível em: <<http://agguinaldopavao.blogspot.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013 (adaptado).)

Os textos I e II discutem a legitimidade da lei antifumo no Brasil, sob pontos de vista diferentes. A comparação entre os textos permite concluir que, nos textos I e II, a questão é tratada, respectivamente, dos pontos de vista

- A) ético e legal.
- B) jurídico e moral.
- C) moral e econômico.
- D) econômico e jurídico.

12. Durante décadas, a televisão foi o mais popular e influente meio de comunicação de massa, tendo esse quadro mudado, nos últimos anos: entre 2011 e 2012, por exemplo, de acordo com pesquisas, as emissoras abertas de televisão perderam 7% de sua audiência. Essa queda configura tendência mundial devida, entre outros fatores,

- a) a boicotes de grupos políticos e religiosos contra determinados programas e emissoras específicas.
- b) à concorrência de outras formas de entretenimento eletrônico, como a Internet, os videogames, os smartphones e os tablets.
- c) ao investimento governamental em teatros, salas de concerto e outros tipos de entretenimento cultural.
- d) à falta de renovação dos formatos televisivos, que se mantêm iguais desde a década de cinquenta do século passado, com seriados, telenovelas, jornalismo e programas de jogos.

13. No atual contexto mundial assistimos à difusão de uma profunda crise ambiental, manifestada pela iminência do esgotamento de recursos naturais, bem como pela perda da diversidade biológica, crescente produção de rejeitos comprometedores das condições ambientais, ou ainda pelos indícios de mudanças climáticas. Nesse sentido, há também o crescimento da consciência que o sistema econômico-social dominante no planeta apresenta uma profunda incompatibilidade com a sustentabilidade ambiental. Assim sendo, assinale a alternativa em que todos os itens apresentados correspondam a princípios do Desenvolvimento Sustentável.

- a) Redução da pobreza; Ampliação do nível de consumo em todos os países; reciclagem e reutilização de bens.
- b) Reorientação das relações internacionais, objetivando a redução das desigualdades; uso racional dos recursos naturais; satisfação das necessidades essenciais como emprego, água energia, alimento e saneamento básico.
- c) Uso de fontes renováveis de energia, a exemplo do petróleo; rigorosas políticas antinatalistas; prática de agricultura orgânica.
- d) Reorientação das políticas de produção industrial para o modelo fordista; uso de fontes renováveis de

energia, a exemplo da energia eólica e solar; difusão das monoculturas de exportação.

14. Uma das características marcantes do contexto atual, marcado pelo avanço da globalização da economia, é a presença de diversos organismos supranacionais com a finalidade de regular as relações econômicas, políticas, militares, ambientais etc. Nesse sentido, assinale a única alternativa VERDADEIRA acerca dessas organizações.

a) O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) é o órgão que toma decisões sobre paz e segurança mundiais. É composto por 15 membros, sendo 5 permanentes e 10 rotativos. O notável crescimento econômico do Brasil na última década garantiu ao país uma vaga como membro permanente deste conselho.

b) O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem tido atuação decisiva no atual contexto internacional, principalmente nos países mais pobres, onde tem incentivado a cooperação financeira e adoção de políticas protecionistas para defender seus mercados.

c) A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947. Dentre os principais objetivos da OMC destacam-se a promoção e regulação do comércio entre as nações, além de supervisionar acordos assinados sobre agricultura, indústria, serviços e propriedade intelectual.

d) A criação, em 1991, do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), tem contribuído para ampliar as trocas comerciais entre os países-membros (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), sendo hoje o mais bem sucedido exemplo de mercado regional, atingindo o estágio de União Econômica e Monetária.

15. A tendência à formação de blocos de países é uma das mais definidoras características da globalização. Ao criar a União Europeia, o Velho Mundo deu mostras de vitalidade e de compreensão acerca da realidade. Relativamente a esse bloco europeu, assinale a opção correta.

a) O euro é a moeda única do bloco, adotada pelo conjunto de seus integrantes.

b) Os antigos países socialistas do Leste foram impedidos de se filiar ao bloco.

c) O vigor econômico do bloco tornou-o imune a crises financeiras.

d) O cenário econômico apresentado pela União Europeia é de assimetria.

Direito Constitucional

16. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em:

a) I, II, III e IV.

b) II e III, apenas

c) I e III, apenas

d) I, II e IV, apenas

17. O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.

b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.

c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: "É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias".

d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

18. Assinale a alternativa incorreta:

a) Poder Constituinte formal é aquele que se refere a auto-organização do Estado.

b) O Poder Constituinte Derivado também pode ser denominado como um Poder Constituinte Limitado.

- c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado.
- d) Uma das características do Poder Constituinte Derivado é ele ser condicionado.

19. De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituições pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

- a) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen
- b) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.
- c) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle, Hans Kelsen e Carl Schmitt.

20. Considere as seguintes normas constitucionais:

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

21. Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

A) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

B) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

C) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

D) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá

analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

22. Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

B) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.

C) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.

D) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.

23. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:

a) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.

b) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.

d) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.

24. Considerando o disposto na CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á primeiramente, entre os remanescentes, o mais idoso.

b) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

c) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.

d) Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco.

25. Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, conforme

disposto na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) O ordenamento jurídico-constitucional admite o direito de secessão ao ente federativo.
- b) A União pode intervir diretamente nos municípios situados no âmbito territorial dos estados-membros da Federação.
- c) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre recursos minerais, jazidas, minas, direito ambiental e direito agrário.
- d) Insere-se no âmbito de competência exclusiva da União a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Filosofia

26. Pensamento, conhecimento, realidade e linguagem, segundo estudado no início da disciplina, compõe um todo.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

- I - O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.
 - II - A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.
 - III - O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.
 - IV - A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.
- Podemos aceitar como correto o que se afirma em:
- A) I e IV
 - B) I e III
 - C) II e III
 - D) III e IV

27. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

- I - O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.
 - II - O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.
 - III - O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.
 - IV - O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.
- Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:
- A) I e IV
 - B) II e IV
 - C) I e III
 - D) II e IV.

28. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

- I - Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.
 - II - Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.
 - III - Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.
 - IV - Concluem a teoria dos quatro elementos fundamentais da natureza e do átomo.
- São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:
- A) I e II
 - B) I e III
 - C) II e IV
 - D) III e IV

29. A Idade Média é marcada por um pensamento de matriz religiosa cristã, como sabemos. Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino são dois grandes pensadores sempre lembrados quando nos remetemos à da filosofia desta época.

Avalie as seguintes considerações:

- I - Ambos afirmam a autonomia absoluta do Sagrado, da fé, e descartam saber humano.
 - II - Ambos afirmam a autonomia do conhecimento humano, a filosofia, e relativizam o sagrado.
 - III - Agostinho valoriza a filosofia grega de Platão no estudo da fé, interpretação da Bíblia.
 - IV - Tomás valoriza a filosofia de Aristóteles na interpretação da Bíblia e afirmação da existência de Deus.
- São verdadeiras as afirmações:
- a) I e IV
 - b) II e III
 - c) I e III
 - d) III e IV

30. O iluminismo, movimento intelectual que se tornou referência e auge da modernidade, mostra-se particularmente interessante ao estudante da área jurídica por quê:

- I - Fundamenta na racionalidade a cidadania, as questões sociais e jurídicas.
- II - Exalta os direitos individuais, a dignidade e a igualdade dos indivíduos humanos.
- III - Fundamenta na fé o imprescindível lugar do sagrado no avanço das leis.
- IV - Proclama um futuro de desafios e dificuldades gerados pelo excesso de racionalismo.

São pertinentes as afirmações:

- A) I e II
- B) I e III
- C) II e IV
- D) III e IV

Direito Civil

31. Flávia, divorciada, dezessete anos de idade, celebra um contrato de locação de um imóvel de sua propriedade, sem a assistência de seus pais. Pode-se afirmar que o contrato é:

- a) Nulo em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.
- b) Anulável em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.
- c) Anulável, pois Flávia é relativamente incapaz.
- d) Válido, pois Flávia está emancipada.

32. Danilo celebrou contrato por instrumento particular com Sandro, por meio do qual aquele prometera que seu irmão, Reinaldo, famoso cantor popular, concederia uma entrevista exclusiva ao programa de rádio apresentado por Sandro, no domingo seguinte. Em contrapartida, caberia a Sandro efetuar o pagamento a Danilo de certa soma em dinheiro. Todavia, chegada a hora do programa, Reinaldo não compareceu à rádio. Dias depois, Danilo procurou Sandro, a fim de cobrar a quantia contratualmente prevista, ao argumento de que, embora não tenha obtido êxito, envidara todos os esforços no sentido de convencer o seu irmão a comparecer. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Sandro

- A) não está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de resultado, sendo, ainda, autorizado a Sandro obter ressarcimento por perdas e danos de Danilo.
- B) não está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, por ser o contrato nulo, tendo em vista que Reinaldo não é parte contratante.
- C) está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de meio, restando a Sandro o direito de cobrar perdas e danos diretamente de Reinaldo.
- D) está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de meio, sendo incabível a cobrança de perdas e danos de Reinaldo.

33. Sônia, maior e capaz, decide doar, por instrumento particular, certa quantia em dinheiro em favor de seu sobrinho, Fernando, maior e capaz, caso ele venha a se casar com Leila. Sônia faz constar, ainda, cláusula de irrevogabilidade da doação por eventual ingratidão de seu sobrinho. Fernando, por sua vez, aceita formalmente a doação e, poucos meses depois, casa-se com Leila, conforme estipulado. No dia seguinte ao casamento, ao procurar sua tia para receber a quantia estabelecida, Fernando deflagra uma discussão com Sônia e lhe dirige grave ofensa física. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Fernando;

- A) não deve receber a quantia em dinheiro, tendo em vista que a doação é nula, pois deveria ter sido realizada por escritura pública.
- B) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de o instrumento de doação prever cláusula de irrevogabilidade por eventual ingratidão.

C) não deve receber a quantia em dinheiro, pois dirigiu grave ofensa física à sua tia Sônia.

D) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de ter se casado com Leila e independentemente de ter dirigido grave ofensa física a Sônia.

34. Em relação aos direitos da personalidade é CORRETO afirmar que:

- a) Havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é possível reclamar perdas e danos, tendo em vista que os direitos da personalidade são intransmissíveis.
- b) É permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou científico, para depois da morte, sendo tal ato de disposição revogável a qualquer tempo.
- c) Como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.
- d) A proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

35. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

- a) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for divisível.
- b) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- d) Os prazos prescricionais podem ser alterados, desde que seja convencionado pelas partes.

36. No que diz respeito à extinção dos contratos, assinale a opção correta.

- a) Na resolução por onerosidade excessiva, não é necessária a existência de vantagem da outra parte, bastando que a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa.
- b) A resolução por inexecução voluntária do contrato produz efeitos ex tunc se o contrato for de execução continuada.
- c) Ainda que a inexecução do contrato seja involuntária, a resolução ensejará o pagamento das perdas e danos para a parte prejudicada.
- d) A eficácia da resolução unilateral de determinado contrato independe de pronunciamento judicial e produz efeitos ex nunc.

37. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- a) A lesão é um defeito que surge concomitantemente à realização do negócio e enseja a sua anulabilidade. Entretanto, permite-se a revisão contratual para evitar a anulação, aproveitando-se, assim, o negócio.
- b) Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir o negócio e

a assumir uma obrigação desproporcional à vantagem obtida pelo outro, esse negócio será nulo porque a manifestação de vontade emana de erro essencial e escusável.

c) O dolo acidental, a despeito do qual o negócio seria realizado, embora por outro modo, acarreta a anulação do negócio jurídico.

d) Tratando-se de negócio jurídico a título gratuito, somente se configura fraude quando a insolvência do devedor seja notória ou haja motivo para ser conhecida, admitindo-se a anulação do negócio pelo credor.

38. A função social do contrato:

A) Impõe a consideração dos interesses extracontratuais socialmente relevantes, dignos de tutela, que se relacionam com o contrato ou são por ele atingidos;

B) Exige o desempenho de função assistencialista pelos contratantes em relação à sociedade, de modo a promover, acima de tudo, o bem-estar social;

C) Determina a realização dos interesses do outro contratante de forma prioritária;

D) Cria deveres laterais de conduta para os contratantes.

39. Guilherme completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010 colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010 contraiu matrimônio com Fernanda. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício do emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.

Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu cessação da incapacidade civil de Guilherme.

A) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo;

B) No momento em que colou grau em curso de ensino médio;

C) No momento em que contraiu matrimônio;

D) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.

40. Assinale a alternativa correta, determinando qual desdobramento da boa fé objetiva incide sobre o dispositivo abaixo:

“Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.”

a) Inalegabilidade das nulidades formais

b) Exceptio doli

c) Tu quoque

d) Venire contra factum proprium

Sociologia Geral e Jurídica

41. Segundo Chaïm Perelman, ao tratar da argumentação jurídica na obra Lógica Jurídica, a

decisão judicial aceitável deve satisfazer três auditórios para os quais ela se destina.

Assinale a alternativa que indica corretamente os auditórios.

a) A opinião pública, o parlamento e as cortes superiores.

b) As partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública.

c) As partes em litígio, o parlamento e as cortes superiores.

d) As cortes superiores, os organismos internacionais e os profissionais do direito.

42. Em seu livro Levando os Direitos a Sério, Ronald Dworkin cita o caso Riggs contra Palmer, em que um jovem matou o próprio avô para ficar com a herança. O Tribunal de Nova Iorque (em 1889) julga o caso considerando que a legislação do local e da época não previa o homicídio como causa de exclusão da sucessão. Para solucionar o caso, o Tribunal aplica o princípio, não legislado, do direito que diz que ninguém pode se beneficiar de sua própria iniquidade ou ilicitude. Assim, o assassino não recebeu sua herança.

Com esse exemplo podemos concluir que a jusfilosofia de Ronald Dworkin, dentre outras coisas, pretende

a) revelar que a responsabilidade sobre o maior ou menor grau de justiça de um ordenamento jurídico é responsabilidade exclusiva do legislador que deve se esforçar por produzir leis justas.

b) mostrar como as cortes podem ser ativistas quando decidem com base em princípios e não com base na lei e que decidir assim fere o estado de direito.

c) defender que regras e princípios são normas jurídicas que possuem as mesmas características e, por isso, ambos podem ser aplicados livremente pelos tribunais.

d) argumentar que regras e princípios são normas com características distintas e em certos casos os princípios poderão justificar de forma mais razoável a decisão judicial, pois a tornam também moralmente aceitável.

43. “Levado pela onipresença dos dispositivos de disciplina, apoiando-se em todas as aparelhagens carcerárias, este poder se tornou uma das funções mais importantes de nossa sociedade. Nela há juizes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente social’-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos”.

No trecho acima, extraído da obra Vigiar e punir, Michel Foucault refere-se ao tipo de poder cujo grande apoio, na sociedade moderna, foi a rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação. Este poder é denominado pelo filósofo de poder;

a) totalitário

- b) total.
- c) judiciário.
- d) normalizador.

44. Assinale a opção correta no que concerne à evolução histórica da sociologia do direito.

- a) Desde a Antiguidade, o estudo das transformações sociais e jurídicas, objeto da sociologia do direito, é desenvolvido com rigor científico.
- b) As drásticas mudanças nas relações sociais e jurídicas oriundas da Revolução Industrial repercutiram nos fundamentos da sociologia do direito.
- c) O problema da marginalidade sempre teve importância secundária nas tematizações sociológicas.
- d) Para demarcar o campo temático da sociologia em face de outras áreas do conhecimento, os sociólogos tiveram de definir de modo estrito seu objeto de estudo; nas primeiras reflexões sociológicas, por exemplo, evitava-se tratar do fenômeno da pobreza, tema afeto à esfera das ciências econômicas.

45. Em relação às possibilidades de controle social formal, informal a alternativo, assinale a opção correta.

- a) O Estado laico limita a função de controle social informal dos poderes religiosos.
- b) A educação representa forma de controle social informal.
- c) A ação das polícias que extrapola seu rol legal de competência é exemplo de controle social alternativo.
- d) O poder público é o único titular do controle social no âmbito do estado democrático de direito.

Direito Penal

46. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao FATO PENALMENTE RELEVANTE, com base nas assertivas de I a V:

- I - Princípio da materialidade e Princípio da legalidade.
- II - Princípio da legalidade e Princípio da intervenção mínima.
- III – Princípio da ofensividade e Princípio da culpabilidade.
- IV - Princípio da verdade real e Princípio da responsabilidade subjetiva.
- V – Princípio da ultratividade e Princípio da retroatividade benéfica.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

47. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Responsabilidade Subjetiva.
- II – Igualdade ou isonomia
- III – Proibição da presunção de culpabilidade.
- IV – Culpabilidade normativa.
- V – Imputabilidade.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.

- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

48. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada em regra pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

- I - Inimputabilidade
- II - Potencial conhecimento da licitude.
- III - Medida da culpabilidade.
- IV - Exigibilidade de conduta diversa.
- V – Situação psicológica do sujeito.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva V é verdadeira.
- c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva III é verdadeira.

49. A lei 7210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da condenação criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (art. 1). Como nítido no item 13 da respectiva exposição de motivos, tem-se aí, por inteiro, tributo à teoria da pena denominada.

- A) retribuição moderna
- B) retribuição taliônica
- C) prevenção especial
- D) mista ou eclética

50. Assinale a opção correta com referencia à execução das penas em espécie:

- A) A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização da saídas ao administrador do presídio.
- B) Por falta de previsão legal, não configura falta grave o fato de o reeducando não se reapresentar ao estabelecimento penal, no fim do prazo da prisão temporária, por quase um mês, sem justificativa idônea;
- C) Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família;
- D) O benefício da permissão de saída não se estende aos presos provisórios, restringindo-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto, mediante a necessária autorização do juízo das execuções penais

51. Assinale a alternativa abaixo que traz um crime plurissubjetivo:

- a) Homicídio;
- b) Roubo;
- c) Calúnia;
- d) Rixa

52. João subtrai um telefone celular, avaliado na quantia de R\$ 800,00, pertencente à Maria, para si, mediante grave ameaça, mantendo-a em seu poder, restringindo sua liberdade durante 2 horas,

a fim de garantir o êxito da subtração. João deverá responder por:

- a) roubo e sequestro, em concurso formal.
- b) sequestro, já que este absorve o roubo.
- c) roubo e sequestro, em concurso material.
- d) roubo circunstanciado.

53. Marcos, querendo matar seu vizinho, faz um disparo em sua direção. No entanto, não chega nem a lesioná-lo. Marcos:

- a) não responderá por crime nenhum, pois nem chegou a atingir seu vizinho.
- b) responderá por homicídio tentado.
- c) responderá por tentativa de lesão corporal.
- d) responderá por crime de disparo de arma de fogo

54. Assinale a alternativa incorreta

- a) A perda de um olho proveniente de uma agressão dolosa configura o crime de lesão corporal grave;
- b) É possível tentativa no crime de calúnia;
- c) Só responde pelo crime de omissão de socorro o agente que antes da conduta omissiva, haja assumido o dever legal de impedir o resultado;
- d) Não se faz necessária autorização judicial para a realização do aborto em mulher cuja gestação seja proveniente de estupro.

55. Na hipótese de após ter subtraído a coisa, o agente se utiliza de violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para ele ou para terceiro, deverá responder por:

- a) Roubo impróprio
- b) Roubo circunstanciado
- c) Furto qualificado
- d) Furto simples em concurso com lesão corporal

Processo Civil

56. Os irmãos Rafael e Daniela são proprietários de um imóvel na Av. São Sebastião, n. 20. Eles realizaram um contrato de locação com Joana, estudante, por prazo indeterminado. Após três anos de vigência de contrato, devido aos grandes eventos internacionais na cidade, os irmãos propuseram uma ação revisional de aluguel, tendo em vista a valorização constatada na área em que fica o imóvel. A partir da hipótese sugerida, assinale a opção correta.

- A) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo unitário, uma vez que há solidariedade entre os irmãos, o que faz com que um deles, sozinho, possa ajuizar a ação, tendo a decisão efeito para ambos.
- B) Trata-se de litisconsórcio passivo multitudinário, pois a ação revisional, se procedente, alterará o valor da locação para todo e qualquer candidato à locação.
- C) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo simples, pois no lugar de uma única ação, cada irmão pode entrar com uma ação revisional diferente para atualizar o valor do imóvel, e as duas correrão normalmente, em separado.

D) Trata-se de litisconsórcio ativo necessário unitário, uma vez que a lei assim o exige e a decisão do juiz será a mesma para os dois irmãos.

57. A respeito da relação entre a reconvenção e a ação na qual ela foi oferecida, assinale a afirmativa correta.

- A) São ações autônomas e, por isso, a reconvenção não tem o seu prosseguimento obstado pela desistência da ação primitiva.
- B) Em caso de extinção da demanda primitiva, sem resolução do mérito, a reconvenção não pode prosseguir, em razão da sua subordinação perante aquela.
- C) A reconvenção, por seu caráter acessório, não deve ser conhecida, no caso de desistência da ação primitiva, mas terá prosseguimento nos outros casos de extinção sem resolução de mérito.
- D) Em razão da prejudicialidade existente entre elas, a ação primitiva deve ser julgada em momento anterior à reconvenção.

58. A respeito do fenômeno processual do litisconsórcio, que consiste na pluralidade de sujeitos ocupando um ou ambos os polos da relação jurídica para litigar em conjunto no mesmo processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Não constitui fundamento para a formação de litisconsórcio a ocorrência de afinidade de questões por um ponto em comum de fato ou de direito.
- B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- C) Na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis não se admitirá a formação de litisconsórcio como forma de prestigiar uma prestação jurisdicional mais célere e simplificada.
- D) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

59. A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Art. 219 do Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.

- A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.
- B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes.
- C) A citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz,

devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu.

D) Em regra, a citação constitui o devedor em mora. Nada obstante, nos casos em que as obrigações não possuam termo certo, é possível constituir o devedor em mora por intermédio do envio de notificação judicial ou extrajudicial.

60. Lino ajuizou ação de cobrança pelo rito ordinário em face de Paulo, pleiteando o pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Em contestação, Paulo alegou pagamento integral da dívida, juntando aos autos diversos recibos. Em resposta à peça de defesa, Lino arguiu a falsidade dos recibos apresentados por Paulo. Considerando as regras sobre a arguição de falsidade previstas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

A) Lino poderia arguir o incidente de falsidade em qualquer tempo, bem como o grau de jurisdição, por não haver preclusão.

B) No incidente de falsidade instaurado, Paulo será dispensado de intimação para se manifestar, uma vez que o procedimento não está submetido ao contraditório.

C) Será dispensado o exame pericial dos recibos juntados aos autos se Paulo concordar em retirá-los e Lino não se opuser ao desentranhamento.

D) O incidente de falsidade suscitado por Lino será processado em apenso aos autos principais, uma vez que o Código de Processo Civil expressamente determina aplicação subsidiária do procedimento estabelecido às exceções de impedimento e suspeição.

61. Analise os itens abaixo e assinale:

I Conforme o recurso interposto, os pressupostos de admissibilidade serão verificados tanto pelo juízo a quo, quanto pelo juízo ad quem.

II - O juízo de admissibilidade dos recursos cinge-se a verificação das condições da ação e os pressupostos processuais para, somente após, proferir o juízo de mérito, posicionando-se pelo provimento ou não do recurso interposto.

III Conforme o princípio da taxatividade, as disposições legais que criam os recursos poderão ser interpretadas analogicamente.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- d) Apenas os itens I e III estão incorretos.

62. Acerca dos recursos cíveis, assinale a alternativa correta:

a) cabe recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça que decidir o incidente de declaração de inconstitucionalidade;

b) a autenticação das peças trasladadas não é pressuposto de admissibilidade do agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória do juiz de primeiro grau;

c) cabe recurso de embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito.

d) cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral.

63. Com relação aos recursos, assinale a opção correta.

a) Se o relator do agravo de instrumento deferir, em antecipação de tutela, a pretensão recursal, da decisão caberá novo agravo de instrumento.

b) O recorrente pode desistir do recurso interposto, independente da opinião da outra parte.

c) Caberá apelação da decisão do juiz singular que excluir da lide uma das partes, por ilegítima, prosseguindo o processo em relação à outra.

d) Do acórdão que reformar sentença terminativa, por maioria de votos, caberão embargos infringentes.

64. Concedida a ordem no mandado de segurança – em cujo feito foi considerada inválida lei local contestada em face de lei federal – e interposto recurso de apelação, o Tribunal de Justiça, por maioria, reformou a sentença. Indaga-se: qual o meio processual adequado para a impugnação do respectivo acórdão?

- a) Embargos infringentes.
- b) Recurso ordinário.
- c) Recurso especial.
- d) Recurso extraordinário.

65. O princípio do duplo grau de jurisdição possibilita o reexame de decisão e/ou sentença por uma instância jurisdicional superior por meio de recurso. Sobre os recursos, sustenta-se:

I. Nos recursos especiais e nos extraordinários há efeito devolutivo e translativo.

II. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, em razão do efeito extensivo dos recursos.

III. A morte da parte ou de seu procurador é causa de suspensão do prazo recursal.

IV. São pressupostos de admissibilidade do recurso a tempestividade, o preparo, o interesse recursal, o cabimento e a recorribilidade.

Estão em desacordo com a legislação pátria:

- a) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições II e IV.
- b) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições III e IV.
- c) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições I, III e IV.
- d) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições I, II e III.

Direito do Trabalho

66. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, não é correto afirmar que:

a) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, em virtude

do princípio da isonomia, atingirão tanto os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento, quanto aqueles admitidos antes da modificação;

b) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro;

c) A licença-prêmio, na vigência do contrato de trabalho, não pode ser convertida em pecúnia, salvo se expressamente admitida a conversão no regulamento da empresa;

d) Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.

67. Qual dos requisitos abaixo, considerando se tratar de empregado autônomo, impede o reconhecimento do vínculo empregatício:

- a) Pessoalidade.
- b) Continuidade.
- c) Subordinação.
- d) Onerosidade.

68. Assinale a alternativa que correlacione corretamente a definição de trabalhador autônomo, trabalhador avulso e trabalhador eventual.

I. Aquele que, sindicalizado ou não, presta serviços sem vínculo empregatício a diversas empresas, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra.

II. Pessoa física contratada apenas para trabalhar em certa ocasião específica, sem relação de emprego.

III. Pessoa física que presta serviços com habitualidade, com continuidade, por conta própria, a uma ou mais de uma pessoa, assumindo os riscos da atividade econômica.

- a) () I autônomo, II avulso, III eventual.
- b) () I eventual, II avulso; III autônomo.
- c) () I eventual, II autônomo, III avulso.
- d) () I avulso, II eventual, III autônomo.

69. Na legislação trabalhista brasileira:

a) As empresas, mesmo compondo um grupo econômico, desde que tenham, cada uma delas, personalidade jurídica própria, não são, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis entre si.

b) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

c) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou

administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

d) Não é reconhecida a figura da solidariedade entre empresas, ainda que constituam um grupo econômico.

70. O contrato de experiência tem o prazo limite de:

- a) 1 ano;
- b) 60 dias improrrogáveis;
- c) Até 90 dias prorrogáveis por mais 30;
- d) Até 90 dias;

71. Os contratos a prazo determinado são:

- a) admitidos sem restrições pela CLT.
- b) lícitos desde que o prazo não ultrapasse 5 (cinco) anos.
- c) proibidos nos casos de obra certa.
- d) lícitos pelo prazo máximo de 2 (dois) anos nos casos de serviços transitórios ou atividade empresarial transitória.

72. Quanto ao instituto das férias remuneradas, pode-se afirmar que:

- a) tem como período aquisitivo 11 meses consecutivos de vigência do contrato de trabalho;
- b) pode o empregado dispor de 1/2 de seu total, convertendo-o em abono pecuniário;
- c) o empregador tem a faculdade de escolher o período de gozo de férias, desde que respeitado o período concessivo;
- d) devem ser sempre concedidas ininterruptamente, em um só período.

73. Para efeito de remuneração diferenciada, considera-se trabalho noturno:

- a) aquele realizado entre 22h de um dia e 5h do dia seguinte, seja o trabalhador urbano, doméstico ou rural;
- b) de 22h às 5h, no trabalho urbano e 21h às 5h, no rural;
- c) de 22h às 5h no urbano; de 21h às 5h, na lavoura; e de 20h às 4h, na pecuária;
- d) de 22 às 5, no rural; de 22h às 4h, no doméstico; de 21h às 5h, na lavoura; e de 20h às 4h, na pecuária.

74. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) são considerados como salário os vestuários fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.
- b) somente podem ser considerados salário "in natura" alimentação, vestuário, transporte e habitação.
- c) o salário não pode ser pago integralmente em utilidades, 30% necessariamente do seu valor terá que ser em dinheiro.
- d) as gorjetas que o empregado receber não integram a remuneração.

75. Dentre as opções listadas a seguir, assinale aquela que indica o empregado que já tem os dias de repouso remunerados em seu salário, sem que haja o acréscimo da remuneração do seu repouso semanal.

- A) Germano, que é empregado horista.
- B) Gabriela, que é empregada diarista.
- C) Robson, que é empregado mensalista.
- D) Diego, que é empregado comissionista puro.

Filosofia Política

76. "Como a temperança, também a justiça é uma virtude comum a toda a cidade. Quando cada uma das classes exerce a sua função própria, 'aquela para a qual a sua natureza é a mais adequada', a cidade é justa. Esta distribuição de tarefas e competências resulta do fato de que cada um de nós não nasceu igual ao outro e, assim, cada um contribui com a sua parte para a satisfação das necessidades da vida individual e coletiva. (...) Justiça é, portanto, no indivíduo, a harmonia das partes da alma sob o domínio superior da razão; no estado, é a harmonia e a concórdia das classes da cidade." (PIRES, Celestino. *Convivência política e noção tradicional de justiça*. In: BRITO, Adriano N. de; HECK, José N. (Orgs.). *Ética e política*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 23.).
Sobre a cidade justa na concepção de Platão, é correto afirmar:

- a) Nela todos satisfazem suas necessidades mínimas, e inexistem funções como as de governantes, legisladores e juízes.
- b) É governada pelos filósofos, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores econômicos, todos cumprindo sua função própria.
- c) Seus habitantes desejam a posse ilimitada de riquezas, como terras e metais preciosos.
- d) Ela tem como principal objetivo fazer a guerra com seus vizinhos para ampliar suas posses através da conquista.

77. "Grande parte das teorias medievais sobre o Estado (pelo menos as teorias dos primeiros séculos, anteriores à visão escolástica, que retoma as teses aristotélicas) apresenta uma concepção negativa do Estado".(Bobbio, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*). Esta concepção negativa do Estado, segundo Bobbio, deve-se principalmente:

- a) À finalidade do Estado em promover o bem comum, em virtude da necessidade humana de viver em grupo e da sua natural índole política.
- b) Ao papel principal do estado em assegurar a liberdade dos estamentos sociais determinados pela vontade divina garantindo ao homem o exercício do livre arbítrio.
- c) À necessidade de "remediar" a natureza má do homem, cabendo assim ao Estado a função repressiva representada pela "espada".
- d) Ao contraditório exercício de poder dos nobres também nos assuntos religiosos, interferindo assim na capacidade da Igreja combater as heresias.

78. "Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. [...] Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que se fizerem unicamente de leões não serão bem-sucedidos. Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir". Fonte: MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1993, cap, XVIII, p.101-102.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre O Príncipe de Maquiavel, assinale a alternativa correta:

- a) Os homens não devem recorrer ao combate pela força porque é suficiente combater recorrendo-se à lei.
- b) Um príncipe que interage com os homens, servindo-se exclusivamente de qualidades morais, certamente terá êxito em manter-se no poder.
- c) O príncipe prudente deve procurar vencer e conservar o Estado, o que implica o desprezo aos valores morais.
- d) Para a conservação do poder, é necessário admitir a insuficiência da força representada pelo leão e a importância da habilidade da raposa.

79. "Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através do acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade". (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.139.) Com base no texto e nos conhecimentos sobre o contrato social em Locke, considere as afirmativas a seguir.

- I. O direito à liberdade e à propriedade são dependentes da instituição do poder político.
- II. O poder político tem limites, sendo legítima a resistência aos atos do governo se estes violarem as condições do pacto político.
- III. Todos os homens nascem sob um governo e, por isso, devem a ele submeter-se ilimitadamente.
- IV. Se o homem é naturalmente livre, a sua subordinação a qualquer poder dependerá sempre de seu consentimento.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.

80. Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”. VAN ACKER, T. Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra Política, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- a) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade
- b) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- c) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- d) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.